

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL**

PROCESSO: 12.752/2011

ASSUNTO: Auditoria Programada

PARECER: 1090/2018-CF

EMENTA: Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS. Contrato 137/2008 - Secretaria de Estado de Obras e o Consórcio Novo Terminal. Concessão de serviço público. Terminal Rodoviário Interestadual. Inspeção. Determinações. Aplicação de Multa. Recolhimento do valor. Corpo Técnico pela reiteração de determinação e expedição de acórdão de quitação. **Parquet especializado aquiesce, com acréscimo.**

Retornam ao Ministério Público de Contas os autos acerca do exame da execução do Contrato nº 137/2008 – SO¹, celebrado entre a Secretaria de Estado de Obras do Distrito, na qualidade de concedente, e o Consórcio Novo Terminal, na qualidade de concessionário, tendo como escopo, nestes autos, a operação do Novo Terminal Rodoviário².

2. Apresento, para fins de esclarecimento, **breve histórico** das decisões emanadas nestes autos que dizem respeito à esta fase processual.

3. Após inspeção realizada, a Corte emanou a **Decisão nº 4.616/2014** (fls. 143/144), *in verbis*:

O Tribunal, pelo voto de desempate do Senhor Presidente, proferido com base nos arts. 73 e 84, VI, do RI/TCDF, que acompanhou o posicionamento do Revisor, Conselheiro RENATO RAINHA, decidiu: I – tomar conhecimento dos Ofícios nºs 652/2011, 558/2013, 825/2013, 934/2013, 1343/2013 e 1506/2013 – GAB/ST da Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal – SET/DF, bem como dos documentos anexos e dos resultados da inspeção; II – determinar à Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal – SET/DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote os seguintes

¹ Objeto contratual: “a concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, pelo prazo de 30 (trinta) anos para, com exclusividade, utilizar imóvel do Distrito Federal para realizar a construção do novo Terminal Rodoviário, no SMAS – Setor de Múltiplas Atividades Sul, Trecho 04, Lote 6/5, Brasília-DF, com a respectiva administração, operação, manutenção e exploração comercial, do Terminal Rodoviário construído e do imóvel cujo uso foi concedido, na modalidade melhor oferta de pagamento pela outorga, fixa e percentual, combinado com a melhor técnica (artigo 15, VI da Lei 8.987/95)” (folhas 1).

² O exame da regularidade das obras de edificação do Novo Terminal Rodoviário está sendo feito no Processo nº 20.076/2010.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL

procedimentos: a) dar andamento às medidas cabíveis diante da inexistência de pesquisa de opinião no mês de dezembro nos exercícios de 2011 e 2012, fato contrário ao item 7.9 c/c o Anexo IV do Edital da Concorrência n.º 04/2007 – SO, dada a possibilidade de aplicação das penalidades editalícias; b) exigir da Prestadora de Serviço o recálculo da receita bruta da concessão dos exercícios de 2011 a 2013 com a inclusão da Quota de Manutenção, Conservação e Limpeza (QMCL) e o recolhimento da diferença da POP, c) tornar eficaz a fiscalização do Contrato n.º 137/2008 – SO, nomeando executores com qualificação técnica compatível com a complexidade da concessão e dando-lhes estrutura administrativa para desempenho de suas funções; d) comunicar à Corte, após o prazo estabelecido, os resultados alcançados com as medidas constantes das letras “a” a “c” precedentes; III – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins. (grifou-se)

4. Em seguida, essa Corte proferiu a **Decisão n.º 1.751/2015** (fl. 162), nos seguintes termos:

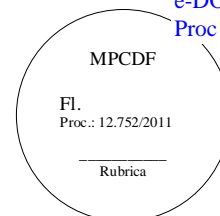
O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 1033/2014 – GAB/ST (fl. 146) e documentos anexos (fls. 147/149), encaminhados pela extinta Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal – ST/DF, em razão do item II da Decisão n.º 4.616/14; b) da Informação n.º 13/2015-3ª Diacom (fls. 151/153); c) do Parecer n.º 186/2015-CF (fls. 156/156-v); II – considerar atendida a diligência constante do item “II-c” da Decisão n.º 4.616/2014; III – determinar à Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF que informe, considerando o teor do Ofício n.º 1033/2014 – GAB/ST, no prazo de 30 (trinta) dias: a) os resultados alcançados com a notificação do Consórcio Novo Terminal acerca da falta de pesquisa de satisfação e do recálculo da receita bruta, em atenção aos itens “II-a” e “II-b” da Decisão n.º 4.616/14; b) o andamento das medidas adotadas para o fiel cumprimento do Contrato n.º 137/2008 – SO; IV – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins. (grifou-se)

5. Em razão da reestruturação administrativa ocorrida pelo Decreto n.º 36.236/2015 (fls. 179/180), o Tribunal exarou a **Decisão n.º 2.891/2015** (fl. 190):

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 959/2015 – GAB/ST (fls. 179/180), encaminhado pela Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF, em atenção ao diligenciado no item III da Decisão n.º 1.751/2015; b) da Informação n.º 119/2015-3ª Diacom (fls. 181/183); II – determinar à Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans, em face da reestruturação administrativa no âmbito da Semob/DF a que alude o § 5º do art. 21 do Decreto n.º 36.236/2015 que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe a esta Corte de Contas: a) os resultados alcançados com a notificação do Consórcio Novo Terminal acerca da falta de pesquisa de satisfação e do recálculo da receita bruta, em relação aos itens “II-a” e “II-b” da Decisão n.º 4.616/2014; b) o andamento das medidas adotadas para o fiel cumprimento do Contrato n.º 137/2008 – SO; III – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins. (grifou-se)

6. Após análise dos esclarecimentos prestados pela jurisdição, este Tribunal exarou a **Decisão n.º 1.775/2016** (fl. 255), in verbis:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 1.407/2015-GAB/DFTRANS (fls. 197/198 e anexos de fls. 199/218), encaminhado pela Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans, em atenção ao diligenciado no item II da Decisão n.º 2.891/2015; b) da Informação n.º



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL**

007/2016-1ª Diacom (fls. 219/229); c) do Parecer n.º 183/2016-CF (fls. 231/237-v); II – considerar: a) cumprida a diligência constante do item II.b da Decisão n.º 4.616/2014, reiterada no item II da Decisão n.º 2.891/2015; b) não atendida a diligência inserta no item II.a da Decisão n.º 4.616/2014, reiterada no item II da Decisão n.º 2.891/2015; III – determinar à Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans que, no prazo de 30 (trinta) dias: a) adote as medidas necessárias ao exato cumprimento do Contrato n.º 137/2008-SO, ante a possibilidade de aplicação da sanção prevista no inciso IV, do art. 57, da Lei n.º 01/1994 ao gestor responsável; b) informe se as pesquisas de satisfação sobre a qualidade dos serviços prestados, levada a efeito nos anos de 2014 e 2015, foram realizadas durante o mês de dezembro e se atingiram as metas estabelecidas; c) encaminhe ao Tribunal documentação comprobatória do cumprimento das diligências constantes das alíneas “a” e “b”; IV – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à DFTrans, para subsidiar o cumprimento do item III; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento/TCDF, para os devidos fins. (grifou-se)

7. A DFTrans encaminhou o Ofício n.º 573/2016-GAB/DFTANS (fls. 257/258) e documentos constantes do Anexo VI, indicando que a Comissão Executora assentou não ter identificado irregularidade do ajuste e que as pesquisas de satisfação foram realizadas em consonância com o estabelecido no Contrato n.º 137/2008.

8. Em seguida, este Tribunal exarou a **Decisão n.º 4.936/2016** (fl. 280), transcrita abaixo:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 573/2016 – GAB/DFTRANS (fls. 257/258) e documentos constantes do Anexo VI, encaminhados pela Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans, relevando o atraso observado; b) da Matriz de Responsabilização de fl. 259; c) da Informação n.º 108/2016 – 1ª DIACOMP (fls. 260/265); d) do Parecer n.º 800/2016–CF (fls. 267/271); II – considerar, com relação ao item III da Decisão n.º 1.775/2016: a) não atendida a diligência constante da alínea “a”; b) cumpridas as determinações indicadas nas alíneas “b” e “c”; III – em razão do item “II-a” anterior, reiterar à Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans o disposto no item “III-a” da Decisão n.º 1.775/2016, no sentido de adotar, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas necessárias ao exato cumprimento do Contrato n.º 137/2008-SO, ante o descumprimento de cláusula contratual (Anexo IX do edital) alusivo à ausência de realização de pesquisa de avaliação da qualidade dos serviços prestados pela concessionária durante os meses de dezembro dos anos de 2011 a 2013; IV – com fulcro no § 5º do art. 182 do Regimento Interno do TCDF, promover a audiência do responsável indicado na Matriz de Responsabilização de fl. 259, para apresentação de suas razões de justificativa, no prazo de 30 (trinta) dias, pelo descumprimento do item “III-a” da Decisão n.º 1.775/2016, ante a possibilidade de aplicação da penalidade prevista no inciso IV do art. 57 da Lei Complementar n.º 01/1994; V – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à DFTrans, a fim de subsidiar o cumprimento do item III; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento – Seacom/TCDF, para os devidos fins.

9. Após a análise das razões de justificativas do responsável e do cumprimento das determinações realizadas, efetuada pelo Corpo Técnico (Informação n.º 100/2017-1ªDIACOMP, fls. 330/337) e por este *parquet* especializado (Parecer n.º 664/2017-CF, fls. 340/343), este Tribunal, por meio da **Decisão n.º 4.581/2017** (fl. 372), deliberou o seguinte:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 2.038/2016-GAB/DFTRANS (fls. 291/296) e documentos anexos (fls. 297/301), encaminhados pelo Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans, em atenção ao item III da Decisão n.º 4.936/2016; b) das razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Léo Carlos Cruz (fls. 302/328), em cumprimento ao disposto no item IV da Decisão n.º 4.936/2016; c) da Informação n.º 100/2017 (fls. 330/337); d) do Parecer n.º 664/2017-CF (fls. 340/343); II – considerar: a) não cumprida a diligência determinada pelo item III da Decisão n.º 4.936/2016; b) no mérito, improcedentes as razões de justificativa prestadas pelo Sr.º Léo Carlos Cruz, aplicando-lhe a penalidade prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar n.º 01/1994, em razão do descumprimento do disposto no item “III-a” da Decisão n.º 1.775/2016, sem causa justificada; III – reiterar ao Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans o disposto no item “III-a” da Decisão n.º 1.775/2016 e no item III da Decisão n.º 4.936/2016, no sentido de adotar, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas necessárias ao exato cumprimento do Contrato n.º 137/08-SO, ante o descumprimento de cláusula contratual (Anexo IX do edital) alusivo à ausência de realização de pesquisa de avaliação da qualidade dos serviços prestados pela concessionária durante os meses de dezembro dos anos de 2011 a 2013, com alerta ao gestor acerca da possibilidade de penalização com base no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar n.º 01/1994, c/c o art. 272, inciso VIII e § 3º, do RI/TCDF, no caso de novo descumprimento; IV – aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator; V – dar ciência desta decisão ao responsável indicado no item “II-b”; VI – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão ao DFTrans, para subsidiar o cumprimento da diligência constante do item III; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento – Seacom/TCDF, para as providências cabíveis. (grifou-se).

10. Em conjunto, foi expedido o Acórdão nº 362/2017 (fl. 373), aplicando multa ao responsável no valor de R\$ 1.739,12.

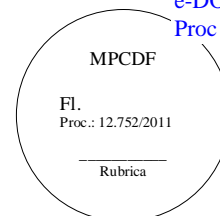
11. Após ter sido devidamente notificado, o Sr. Léo Carlos Cruz interpôs recurso (Pedido de Reexame) às fls. 382/415, o qual foi conhecido pela Corte com efeito suspensivo em relação à penalidade (Decisão nº 6004/2017, fl. 423).

12. O recurso foi analisado pela Corte que proferiu a **Decisão nº 3835/2018** (fl. 499) negando provimento ao Pedido de Reexame, conforme o seguinte:

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da Informação nº 76/2018 – 1ª DIACOMP (fls. 442/458); b) do Parecer nº 518/2018-GP1P (fls. 460/467); II – **negar provimento ao Pedido de Reexame formulado pelo Sr. Léo Carlos Cruz contra os termos da Decisão nº 4.581/2017 e do Acórdão nº 362/2017, mantendo-os, por conseguinte, inalterados;** III – autorizar: a) a ciência do recorrente; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para análise do cumprimento da diligência constante do item III da Decisão nº 4.581/2017 e demais providências pertinentes.*

13. Em resposta ao item III da Decisão nº 4.581/2017, que reiterou o item III, “a” da Decisão nº 1.775/2016 e item III da Decisão nº 4.936/2016, a Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans encaminhou o Ofício SEI-GDF nº 578/2018-DFTRANS/GAB (fl. 501).

14. No expediente, o DFTrans alega que “*depende da celebração de aditivo ao Contrato nº 137/2008-SO, com vistas à substituição da SEMOB pelo DFTRANS como parte do*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL**

contrato, visando garantir legitimidade contratual para que esta Autarquia cumpra o item III da Decisão nº 4.581/2017”.

15. Afirma que analisou as decisões proferidas pelo TCDF, indicando que “é possível concluir que o descumprimento reiterado das determinações do TCDF decorreu da ausência de manifestação do DFTRANS acerca da possibilidade de aplicação da penalidade (prevista no art. 22 c/c art. 42, V, do Decreto nº 26.851/2006), a Concessionária Consórcio Novo Terminal, com a correspondente abertura e procedimento administrativo, em razão de descumprimento de cláusula contratual.” (fl. 502-v)

16. Apresenta ainda seu entendimento, conclusões e medidas adotadas (fls. 502/503):

*Assim, conforme manifestou o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do DF, no Parecer nº 800/2016-CF (11794330), para o efetivo cumprimento do item III da Decisão nº 4581/2017, se faz necessária a **instauração de procedimento administrativo** com a finalidade de investigar a conduta do Concessionário e, em observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório, embasar a aplicação da sanção aplicável, nos termos da Lei n.2 8.666/1993 c/c Decreto nº 26.851/2006.*

*De acordo com o estabelecido no art. 21, § 52, do Decreto 36.236/2015, a administração dos terminais rodoviários do Distrito Federal foi transferida ao DFTRANS, portanto, é o entendimento daquela eg. Corte de Contas que cabe a esta autarquia a **instauração de procedimento administrativo com o fito de aplicação de penalidade pela não realização de pesquisa de avaliação de qualidade dos serviços prestados durante os meses de dezembro dos anos de 2011 a 2013**, pois segundo o Voto do Relator da Decisão nº 1775/2016, “a realização de pesquisa anualmente e pelo menos uma vez por ano, conforme previsto no item 7.9 do Projeto Básico e nos itens 9.1 e 9.2 do Contrato nº 137/2008-SO, respectivamente, não é conflitante com a necessidade de realização de pesquisa durante o mês de dezembro consignada no Anexo IX do instrumento convocatório.”.*

Ocorre, porém, que o DFTRANS não é parte no Contrato firmado com a Consórcio Novo Terminal e, por isso, juridicamente não teria competência para aplicar penalidades ao contratado, necessitando haver o aditamento ao Contrato, conforme Parecer 39 (9205584) e respectiva Cota de Aprovação 39 (9221581), da Assessoria Jurídico Legislativa - AJL. Nesse sentido, esta autarquia encaminhou a Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal - SEMOB/DF o Ofício 342 (10456486) solicitando a manifestação quanto a sua anuência acerca da realização de aditivo ao Contrato nº 137/2008-SO com vistas a substituição da SEMOB pelo DFTRANS como parte integrante do contrato.

17. Integra ainda aos autos o comprovante de recolhimento da multa fixada pelo TCDF apresentado pelo Sr. Léo Carlos Cruz à fl. 506.

18. O Corpo Técnico, por meio da **Informação nº 201/2018- 1ªDIACOMP** (fls. 507/518), apresenta a análise desta fase processual.

19. Inicialmente, no que concerne ao recolhimento da multa pelo responsável, indica que a quantia corresponde ao valor original imputado no Acórdão nº 362/2017 com incidência de atualização monetária, pois o débito foi saldado no exercício seguinte. Assim, entende que cumpre a essa Corte de Contas dar quitação ao responsável, expedindo-lhe o respectivo acórdão.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL**

20. Em relação à manifestação da DFTRANS, indicou o seguinte:

22. No que concerne às informações prestadas pela DFTRANS, importa assentar que o aditamento pretendido pela autarquia se mostra despiciendo para legitimar a atuação no ajuste em comento e, por conseguinte, adotar medidas para aplicação da multa tratada nos autos. A entidade é parte legítima para atuar uma vez que, na reestruturação administrativa do Poder Executivo do Distrito Federal, disposta no Decreto nº 36.236/2015, as atribuições e competências da Subsecretaria de Infraestrutura e Inteligência em Segurança dos Terminais Rodoviários que passaram para a DFTRANS. Referida Subsecretaria compunha a Secretaria de Estado de Transporte - ST que passou à denominação de Secretaria de Estado de Mobilidade – SEMOB, conforme definido no Decreto mencionado. Assim dispõe o caput e §5º do art. 21 do referido normativo, in verbis:

Art. 21 A Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal tem atuação e competência nas seguintes áreas:

I - sistemas de transporte de passageiros;

II - sistema viário;

III - planejamento e gestão de trânsito;

IV - estacionamentos públicos;

V - carga e descarga em áreas urbanas;

VI – calçadas e ciclovias;

VII – regulação e normatização dos serviços e das infraestruturas de transportes;

VIII – fiscalização dos serviços e das infraestruturas de transporte.

(...)

§ 3º Vinculam-se à Secretaria de Mobilidade:

I - Conselho de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – CTPC-DF;

II - Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília – TCB;

III - Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS;

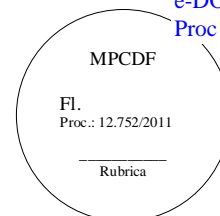
IV - Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER;

V - Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ-DF.

§ 5º O pessoal, materiais, acervo patrimonial, recursos orçamentários e financeiros, cargos e funções comissionados da Subsecretaria de Infraestrutura e Inteligência em Segurança dos Terminais Rodoviários, bem como suas atribuições e competências, passam para a Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS. (grifos no original)

23. Ademais, os contratos dos órgãos extintos, renomeados, transformados ou transferidos pelo Decreto em referência foram transferidos para as Secretarias que receberam as atribuições pertinentes. Nesse sentido, prescreve o normativo no seu artigo 40:

Art. 40. Devem ser transferidas para as Secretarias que receberem as atribuições pertinentes e a seus titulares as competências e incumbências estabelecidas em leis gerais ou específicas, contratos, convênios ou instrumentos congêneres dos órgãos extintos, renomeados, transformados ou transferidos por este Decreto, ou dos seus titulares.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL**

24. Sendo assim, por óbvio, quando ocorreu a transferência à DFTRANS, parte das competências da então Secretaria de Transporte, entre essas, a administração dos terminais rodoviários, os contratos e convênios atinentes acompanharam essa transferência.

25. Ante as considerações expostas, em especial o disposto nos arts. 21, §5º, e 40 do Decreto nº 36.236/2015, a DFTRANS tem legitimidade para aplicação das sanções decorrentes da inexecução contratual. Contudo, em razão das providências adotadas pela Autarquia no intuito de cumprimento da determinação plenária, deixaremos de propor aplicar a penalidade acenada, para sugerirmos determinação de pronta adoção de providências necessárias ao exato cumprimento do Contrato n.º 137/08-SO, pelo descumprimento de cláusula contratual (Anexo IX do edital).

21. Por fim, apresenta as seguintes sugestões ao e. Plenário:

I. Tomar conhecimento do Ofício SEI-GDF Nº 578/2018-DFTRANS/GAB, de 29.08.2018, com os documentos que o acompanham, fls. 501/505, e do comprovante de recolhimento de multa, fl. 506;

II. Considerar quite com o erário distrital o Sr. Léo Carlos Cruz em relação à multa aplicada por meio da Decisão nº 4581/2017 e do Acórdão nº 362/2017 e expedir-lhe acórdão de quitação;

III. Reiterar à Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans o disposto no item “III-a” da Decisão n.º 1.775/2016 e no item III da Decisão n.º 4.936/2016, no sentido de adotar, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas necessárias ao exato cumprimento do Contrato n.º 137/08-SO, ante o descumprimento de cláusula contratual (Anexo IX do edital) alusivo à ausência de realização de pesquisa de avaliação da qualidade dos serviços prestados pela concessionária durante os meses de dezembro dos anos de 2011 a 2013, com alerta ao gestor acerca da possibilidade de penalização com base no art. 57, inciso VII, da Lei Complementar n.º 01/1994, c/c o art. 272, inciso VIII e § 3º, do RI/TCDF, no caso de novo descumprimento;

IV. Autorize:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL**

a) a ciência da decisão que vier a ser prolatada aos interessados nos autos;

b) o retorno dos autos à SEACOMP para os devidos fins.

22. Os autos vieram ao Ministério Público para parecer que aquiesce às considerações e sugestões alvitadas pela Unidade Técnica.

23. Entendo necessário, no entanto, fazer constar no rol de determinações **alerta** à jurisdicionada informando que *as medidas constantes do item III da decisão que vier a ser proferida prescindem de aditivo contratual para legitimar sua atuação no ajuste e, por conseguinte, adotar medidas para aplicação da multa à contratada*, com vistas a orientar a jurisdicionada e evitar o retardamento do cumprimento da decisão que já foi reiterada diversas vezes nestes autos.

É o parecer.

Brasília-DF, 11 de dezembro de 2018.

Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira
Procuradora-Geral